

Sarney força renegociação do Orçamento

O presidente José Sarney ameaçou ontem retirar do Congresso Nacional a emenda ao projeto de lei do Orçamento Geral da União que elimina o déficit público em 1989, com o que transferiria ao Legislativo a responsabilidade pelo desajuste fiscal, considerado o principal foco inflacionário. Diante da ameaça, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso adiou de ontem para hoje a apresentação do relatório do senador Almir Gabriel (PMDB-PA), relator da comissão, e reabriu as negociações sobre a rolagem da dívida dos Estados e municípios, no próximo ano.

A posição do presidente Sarney foi comunicada ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), pelo líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS). À tarde, enquanto Carvalho anunciará o adiamento da apresentação do relatório de Almir Gabriel, Sarney viajava para São Paulo, preocupado com o agravamento do estado de saúde de sua mãe, porém, determinou o retorno do ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, de Belo Horizonte, para reabrir os entendimentos com os parlamentares.

Clima de confronto

Segundo o líder do PMDB, a indicação de Costa Couto não representa qualquer desprestígio do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, responsável direto pela elaboração da proposta orçamentária de 1989. Mas Cid Carvalho informou que foi o próprio deputado Ibsen Pinheiro que reclamou ao presidente Sarney de certas declarações dos ministros da área econômica, que fomentam o clima de confronto e dificultam o entendimento entre Executivo e Legislativo. Como exemplo, foi lembrada a ameaça, estampada em manchetes de jornais de ontem, do ministro da Fazenda, Maílson Ferreira da Nóbrega, de elevar novamente os impostos, se o Legislativo facilitar a rolagem da dívida dos Estados e municípios.

Para romper o impasse e evitar a simples retirada da emenda do Executivo, apresentada na semana passada, Cid Carvalho concordou em reter o relatório de Almir Gabriel até as 18h00 de hoje. Ficou suspensa, assim, proposta de limitar a 25%, apenas dos encargos, o pagamento devido pelos Estados e municípios, no próximo ano. Com o apoio de Ibsen Pinheiro e de Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Câmara, Sarney quer que a Comissão Mista de Orçamento encontre uma solução negociada que "satisfaca aos Estados, mas não contrarie os interesses da União".

Corte é constitucional

O presidente da comissão gostou da indicação de Costa Couto, "por ser muito mais representativo do presidente Sarney que João Batista", para encontrar uma saída que não leve os Estados à "ingovernabilidade" e tampouco ameace as finanças da União. Apesar de ter fechado um acordo com os governadores, na madrugada de quinta-feira, que reduzia de Cr\$ 550 bilhões para apenas Cr\$ 100 bilhões, em valores de junho último, o pagamento devido pelos Estados e municípios, em 1989, Cid Carvalho disse que não teria de pedir licença aos governos estaduais para retomar as negociações com o Palácio do Planalto.

A nova e última rodada de negociações deve obrigar o relator da Comissão de Orçamento, senador Almir Gabriel, a rever a emenda ao projeto de lei do Executivo que reduzia drasticamente as obrigações financeiras dos Estados e municípios. Mas Gabriel reafirmou, em seu relatório, que o corte da receita da União junto aos Estados e municípios não viola a Constituição, ao contrário do que interpretou o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. "A proposta contida no presente substitutivo atende rigorosamente a todas as exigências constitucionais atinentes à matéria", ressaltou o relator da Comissão Mista de Orçamento.